

A CIDADE DE PYRRHO: A FORMAÇÃO DA IDENTIDADE PATRIMONIAL DE ARACAJU NO SEC. XIX

 <https://doi.org/10.56238/sevened2024.029-058>

Adriana D. Nogueira

Universidade Federal de Sergipe. Departamento de Artes e Design
Cidade universitária, s/n- Jd.Rosa Elze, São Cristóvão, Sergipe
E-mail: adnogueira@gmail.com

Eder D. Silva

Universidade Federal de Sergipe. Departamento de Arquitetura e Urbanismo
Rua Samuel de Oliveira, s/n, Laranjeiras, Sergipe
E-mail: eder@infonet.com.br

Julia P.N. Silva

PUC Minas- Graduação de Arquitetura e Urbanismo
Rua Claudio Manoel, Praça da Liberdade- Belo Horizonte, Minas Gerais
E-mail: perecinju@gmail.com

RESUMO

Com o propósito de transferir a administração da capital da Província de Sergipe D'El Rey, localizada em São Cristóvão, interior do Estado, surge o desejo de criar uma cidade que possa abrigar um porto para facilitar as transações econômicas via rio-mar, assim Ignácio Joaquim Barboza, Presidente da Província, solicita o projeto e a sua construção para engenheiro *Sebastião Joze Bazilio Pyrrho*, de características eminentemente progressistas, assim nasce Aracaju em 1855. Há questões ainda hoje duvidosas sobre o projeto de Pirro, como: quais foram as primeiras edificações, se foi uma cidade projetada para aquele momento ou planejada para o futuro, qual a importância do traçado ortogonal àquela época... Vila Bela (Mato grosso) criada no sec.XVIII e Teresina (Piauí) de 1852 podem ajudar a esclarecer alguns fatos sobre a implantação de Aracaju. Este artigo pretende fornecer reflexões a partir de uma investigação baseada em documentos da época e referências bibliográficas sobre o tema, apresentando algumas considerações sobre a Memória de construção de Aracaju e mostrando como sua configuração urbana chegou no sec.XXI como um fator referencial para a formação da identidade patrimonial de sua atual paisagem cultural urbana

Palavras-chave: Projeto. Cidade. Patrimônio. Aracaju.

1 INTRODUÇÃO

Com o objetivo de compreender como foi pensada a implantação da capital do estado de Sergipe, como foi formada sua paisagem cultural nos seus primeiros anos, é que este artigo apresenta 3 tópicos na tentativa de refletir e esclarecer alguns fatos, dentre eles quais foram as primeiras edificações, se foi uma cidade projetada para aquele momento ou planejada para o futuro, qual a importância do traçado ortogonal àquela época, entre outros.

O primeiro tópico destaca pontos importantes sobre o tipo de configuração projetada para a origem da paisagem urbana de Aracaju, a localização das primeiras edificações, e como tais memórias patrimoniais asseguram destaque para essa implantação perante a sua população. A partir da investigação dos Relatórios provinciais de 1855 a 1860, foi possível a apresentação do panorama da região e dos acontecimentos históricos durante os cinco primeiros anos de implantação da nova capital Aracaju, os aspectos formais das construções e da formação de sua paisagem cultural.

O segundo tópico apresenta a importância direta da relação entre as características progressistas da configuração urbana escolhida, relacionadas às configurações espaciais de características similares a outras duas cidades, uma do sec.XVIII, Vila Bela, e outra com apenas 3 anos de diferença de sua origem, Teresina, em 1852, também pensada como substituição à antiga capital da sua Província.

O terceiro tópico traz reflexões sobre a importância do “Quadrado” de Pirro como elemento-chave para a construção de uma identidade patrimonial aracajuana através do “Culto a linha reta”.

2 MEMÓRIAS PATRIMONIAIS: A CONFIGURAÇÃO URBANA DE ARACAJU E SUAS PRIMEIRAS EDIFICAÇÕES

Ignácio Joaquim Barboza era presidente da Província de Sergipe, a partir de 1848, resolve mudar a capital de São Cristóvão para as margens do rio Sergipe, sendo um dos principais motivos a possibilidade da criação de um Porto que iria facilitar as atividades comerciais. Assim, próximo a um existente povoado chamado Povoado de Santo Antônio, criou-se a sede e capital da Província de Sergipe que passaria a ser denominada Aracaju.

A partir de um projeto idealizado pelo engenheiro *Sebastião Joze Bazilio Pyrrho* (grafia alterada posteriormente para José Bazílio Pirro), de característica mais progressista, Aracaju é contraposta à antiga capital colonial, São Cristóvão, com suas ruas sinuosas. A essa irregularidade, presente na maioria das cidades coloniais, Pirro tem uma proposta de uma cidade geométrica, um plano ortogonal de alinhamentos.

Considerando o relatório do citado engenheiro, de **18 de abril de 1854** (<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1201/000073.html> consultado em 18/10/2013), é possível entender duas situações; a primeira que, em 1854 (isto é, antes da mudança definitiva da capital ocorrida em 17 de março de 1855), já existiam as seguintes funções: Tipografia provincial, Quartel do Corpo policial e a

Cadeia municipal; a segunda situação é que a cadeia de que fala Pirro seria apenas um local para realizar o serviço “a contento”, enquanto não se pensava em outra em local mais adequado, significando que esta construção seria temporária.

Em Relatório de **1º de Março de 1855** (<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/1050/000028.html>, consultado em 18/10/2013), Inácio Barbosa, Presidente da Província escreve que a Casa da Alfândega foi “provisoriamente” preparada, tendo já mandado edificar um armazém para depósitos de mercadorias. Sobre a edificação da Mesa de Rendas, teria ficado numa “*casa acanhada e sem as devidas condições para a regularidade do serviço*”, também havia mandado construir uma mais apropriada (Silva, 1920, p.132). Solicita ao Império mais um engenheiro para ajudar nas obras da capital, o qual viria ser Francisco Pereira da Silva.

O panorama desolador dos areais e brejos da área ainda exercia um aspecto negativo sobre as pessoas. Havia pressa na demarcação do terreno e o traçado retilíneo e simples vinha a ser bastante útil. Esse tipo de traçado se adequava a sua “aparente” topografia plana, pois havia grande parte do terreno cuja cota de nível era próximo a zero, o que poderia acarretar constantes inundações, trazendo complicações para o sistema de escoamento pluvial na época, sem mencionar problemas no futuro sistema de esgotamento sanitário da cidade.

A planta desenhada pelo engenheiro Francisco Pereira Silva, que, em 1856 já trabalhava com Pirro, é bastante ilustrativa quando se analisa a implantação do projeto, pois se verifica que ainda não registra nenhum indício de traçado urbano. Apenas algumas edificações construídas longitudinalmente às margens do rio Sergipe (Figura 1a). Isso sugere que a construção de edificações ocorreu primeiro do que o próprio traçado urbano, o que poderia num futuro próximo causar algumas irregularidades imprevisíveis até a implantação de um Código de Posturas (que na época definia dimensões de pé-direito de casas, de largura e comprimento de janelas, largura dos passeios, inclusive o tipo de beiral das edificações). Já a planta da cidade em 1857 (Figura 1b), feita por Pereira da Silva, traz algum arruamento, apresenta a localização de algumas edificações, embora no documento original tivesse letras, não havia legenda, ficando difícil ter certeza de quais seriam essas construções, apesar de Porto (1945, p.48-49) ter apresentado algumas.

O Projeto de implantação de Pirro não tinha a complexidade de um plano urbanístico, nem se esperaria que fosse assim, “*ele se resumia num simples plano de alinhamentos*” (Porto, 1945, p.36). Contudo, ele apresentou uma influência de âmbito global e outra local. A primeira influência foi que, naquela época, floresceu uma tendência ao uso das linhas retas para a implantação de novas cidades, ou na remodelação das existentes, em que o traçado em tabuleiro de xadrez era disseminado. A segunda influência, de âmbito local, foi a de que Pirro não teve tempo para fazer um levantamento completo do local da nova cidade. Isso foi dito em ofício escrito pelo próprio Pirro em 30/04/1859 ao Presidente Manoel da Cunha Galvão. A concentração dos principais edifícios nas praças Fausto Cardoso, Alm.

Barroso e Olímpio Campos, resultou “antes do acaso que de uma ideia preconcebida” (Porto, 1945.p.39, 54-55).

Essas plantas deixam claro que muitas áreas são inundadas e outras formadas por lagoas e brejos, percebe-se uma tentativa de “organizar” a cidade a partir de seu traçado urbano, um projeto perfeito para a pressa na demarcação do terreno sendo sua topografia plana. A exemplo, pode-se destacar que a obediência ao Plano de Pirro acabou por estabelecer dois quarteirões sobre a vala do rio Caborge (hoje inexistente) em que foram construídos o antigo quartel do 28BC e o quarteirão do Palácio Serigy, trazendo constantes inundações ao local (Rua Itabaianinha).

Figura 1: a) (à esquerda) Aracaju em 1856, sem escala; b) (à direita) Aracaju e as construções principais em 1857, sem escala. Fonte: Porto (1945. p.48-49).



LEGENDA

- A-** Alfândega; **B-** Mesa de Rendas; **E-** Palacete da Presidência; **H-** Tesouraria da Fazenda; **O-** Barracão da Tropa de Linha; **N-** Enfermaria Militar; **V-** “Vala da Cidade”.

Uma grande modificação do Projeto de Pirro foi imposta pelo presidente Barbosa: a avenida da rua da frente do rio que, ao invés de uma reta, que ela acompanhasse a curva do rio. Também pediu que abrissem uma estrada entre Aracaju e o antigo povoado de Santo Antônio, com intuito de ligar o “passado com o futuro”, a qual Pirro tratou de traçá-la retilínea. Em 1856, a capital tinha 1.484 habitantes e, em 1860, possuía já 5mil habitantes, mas com dificuldades para se manter como capital (Nogueira, 2006, p.150).



A estrutura urbana ortogonal apresentava aspectos positivos, tais como a maior facilidade de implantação, sem necessidade de uma mão de obra especializada, o que satisfaz uma maior rapidez. Apesar dessas facilidades houve um grave problema nessa época que foi a falta de pedreiros. Por volta de 1857, apenas seis alagoanos trabalhavam nela.

As cidades coloniais portuguesas, desde os primeiros colonizadores, possuem o estigma de serem desordenadas e de crescerem sem um ordenamento prévio. Reis Filho (1968) traz em sua obra um levantamento extenso sobre a urbanização colonial brasileira, embora Delson (1997), por sua vez, tenha esclarecido que Portugal tinha um plano de modernização que abrangia o Brasil inteiro, o que sugere que o planejamento não é uma característica dos tempos recentes, pois o esquema de planejamento regional português, com suas frentes de colonização do “interior”, demonstrava que os interesses econômicos (como a extração de ouro nas minas) eram a justificativa para se planejar *como, onde e por quê* deveriam ser organizadas as vilas. Não se pode dizer que as cidades de traçados irregulares não possuíam uma ordem específica, apenas não era aquela que o traçado urbano ortogonal representava (Abreu, In Silva, 1997).

O traçado ortogonal da capital em contraposição à irregularidade das ruas de São Cristóvão (antiga capital sergipana) não é a chave para se falar de planejamento, pois se sabe que também as cidades de traçado irregular e sinuoso possuem uma lógica de planejamento que é diferente. Essa tendência geométrica de Aracaju baseia-se na técnica, a qual seria a resposta imediata para os problemas e o pensamento é direcionado pela ideia de progresso (Nogueira, 2006, p.152)

Em *Relatório* da 1ª sessão da Undécima legislatura da Assembleia Provincial de Sergipe, no dia **02 de julho de 1856** pelo seu Presidente Salvador Correia de Sá e Benevides (sucessor de Inácio Barbosa), diz que foi Pirro o engenheiro responsável pela planta e orçamento da Alfândega, bem como o andamento da construção da Enfermaria Militar (<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/ul1203/000055.html> consultado em 18/10/2013).

Já a “Thesouraria provincial e Meza de Rendas” estava sendo construída para ser entregue no prazo de 9 meses e meio, com necessidade de mais 3 meses, quando o prazo estava por terminar houve um desmoronamento, tendo sido dado mais tempo para concluí-la, sendo considerada a mais importante repartição provincial. O quartel de Polícia foi contratado em abril de 1855, devendo ser entregue em julho de 1856.

Ainda no mesmo Relatório, o Presidente da Província trata do “Esgoto e Aterro dos pântanos da capital”, tendo “*águas estagnadas e pútridas*” em quase todas as casas, os trabalhos foram começados, parte por contrato parte pela administração, a cargo do engenheiro Francisco Pereira da Silva, e elogia o “*zelo e restrita vigilância do hábil e honrado engenheiro que está na direção dessa obra*”.

Também em 1856, foram contratadas a construção de três fontes de água potável. A primeira foi concluída, sem elegância, mas atendia a função, onde as pessoas retiravam água com baldes, o Presidente da Província diz ter encomendado ao Rio de Janeiro bombas modernas apropriadas para esta finalidade, enquanto isso mandou ficar um “*sentinella à porta da referida fonte, afim de não consentir que se deem n’ella objectos que corrompão a água, nem se introduza baldes ou vasilhas sujas.*” Nesse relatório de 1856 foi mencionada a presença de mais um engenheiro tenente coronel chamado José Xavier Garcia d’Almeida, que estava na direção da obra da segunda fonte.

O Presidente da Província encarregou ao capitão de engenheiros Francisco Pereira da Silva que edificasse uma “casa de orações com pequenas dimensões” e com brevidade atendesse os habitantes da capital, tendo o inspetor da alfândega encaminhado materiais para o auxílio da obra. Já o Palácio provincial foi contratado para execução em junho de 1855 e teria 20 meses para concluir a obra, mas o arrematante faleceu e os herdeiros não quiseram realizar o contrato.

O prédio da Alfândega ficou concluído em 1856, mas com reclamações do Presidente de que ela não passava de “*toscos barracões, que só a necessidade faz tolerar no meio de uma bella rua, vedando o trânsito público, e transtornando completamente o alinhamento e aformoseamento da cidade*”. Assim, encarregou Pirro de fazer a planta dessa obra que encaminharia ao Governo Imperial para autorizar a execução.

A capital possuía um “barracão da tropa de linha”, mas em **31 de dezembro de 1856** foi autorizada a obra de um Quartel de 1ª linha, e por ordem do tribunal do *Thesouro* de fevereiro de 1857, restando somente a definição do “*terreno mais apropriado*”, pois segundo o relatório “*não era possível deixar por muito tempo a força de linha aquartellada n’um tosco barracão de palha, que sobre ser immundo, é ainda mais indigno de conservar-se no centro d’uma cidade, sede do Governo*”. Para a construção da edificação de Mesa de rendas (que desmoronou), mais um prazo foi cedido para sua conclusão. Diversos boatos surgiam sobre a imperícia desta obra, que não ofereceria mais nenhuma segurança.

Em **1º de fevereiro de 1857**, o Relatório com que foi aberta a 2ª sessão da Undécima Legislatura da Assembleia Provincial de Sergipe, pelo Presidente Salvador Correia de Sá e Benevides, relata que ainda não tinha sido possível iniciar a obra da cadeia da capital, devido a tantas outras obras, gerando um excessivo trabalho aos engenheiros (<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/> consultado em 18/10/2013). Aracaju era cheia de obras e de casas em precárias condições que serviam diversos propósitos administrativos. O relatório traz a preocupação com a “*roçagem das ruas, esgoto e aterro dos pântanos*”, sendo uma paisagem como uma “*imensa lagoa de uma a outra extremidade*”.

Um fato muito interessante é que ainda nesse relatório de 1857, pode-se encontrar um texto sobre a Estrada de Santo Antônio, a que ligava a capital ao Povoado Santo Antônio, local onde a maior parte dos empregados públicos morava, e que a obra já havia começado. O então Presidente procurou

saber sobre o andamento da obra, que o seu antecessor havia confiado a execução ao Cidadão José Raimundo Costa Carvalho, mas sem contrato, sem planta, sem orçamento algum escrito. Assim, mandou fazer o orçamento seguindo uma planta regular e chamou o encarregado para dar continuidade.

O Presidente da Província João Dabney D'Avellar Brotero, no seu Relatório com que foi aberta a 1ª sessão da Duodécima Legislativa da Assembleia legislativa de Sergipe, em **31 de dezembro 1857**, conta que veio da Côrte do Governo Imperial uma planta para a construção do Palácio do Governo e aberto um crédito para a obra (<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/1053/000038.html> consultado em 18/10/2013). Os engenheiros locais objetaram por não ter sido definido o local para sua construção e por não se adequar quanto às dimensões e repartimentos. Já o edifício da Alfândega (que acabara de ser construído) não atendia em proporções e conveniências (como já havia reclamado o Presidente anterior), assim uma nova planta foi feita por Pirro.

O Relatório da Presidência da Província apresentado em **26 de fevereiro de 1859** traz o relatório parcial das obras à cargo do Capitão engenheiro Francisco Pereira da Silva, no qual expressa a grande quantidade de serviços a cargo dele e do Major Pirro. Reclama que os vencimentos dos engenheiros não dariam para sustentar um cavalo para suas viagens e serviços, eles tem que pagar altos preços por animais e condutores de suas bagagens em viagens necessárias ao bom serviço, bem como eles pagavam altos preços para alugar casas e alimentar-se, além dos utensílios para desempenharem os levantamentos de plantas, nivelamentos e desenhos. Ainda expressa que não há nenhum gabinete para os engenheiros, por isso são obrigados a trabalhar em suas casas e com poucos instrumentos, sendo os mesmos espalhados em diversos lugares, alguns na *Thesouraria* provincial, outros sob a guarda do *Encarregado do Armazém de artigos bélicos* (<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/1054/000113> consultado em 18/10/2013).

Esse trecho do relatório de Pereira da Silva é um desabafo de um engenheiro que tem boa vontade e tanto por fazer, mas os recursos são muito limitados, também isso corrobora com a certeza de que a cidade ia sendo construída mesmo na medida do possível, com muita improvisação. Pereira da Silva ainda comenta que, tanto o Quartel de 1ª linha, quanto a Enfermaria, estavam em péssimo estado e executava a vistoria dos reparos, especialmente depois de uma grande tempestade, mas que a nova edificação do Quartel já estava nos alicerces, podendo inserir uma enfermaria no mesmo edifício, pois havia *repartimentos* para abrigá-la.

Em 1858, ficou pronta a “Capella de São Salvador”, mas em decorrência do mau tempo, em 1859 já era necessário retelhar a Capela e a claraboia. Pereira da Silva julgou conveniente calçar as ruas que passam pela capela, dizendo que o movimento das areias estava entupindo constantemente os canos de esgoto, e complementa: “*Em geral, todas as ruas de Aracajú precisam ser calçadas*”. No Gabinete da Presidência e na *Thesouraria* provincial estavam guardadas as plantas das edificações. Pereira da Silva menciona alguns nomes de engenheiros e construtores que atuavam na época, como o



Engenheiro Blown, Engenheiro Cabrita, Engenheiro Galdino, Engenheiro Dr. Galvão, Engenheiro Barreto e o Capitão tenente d'Armada Vieira Leitão.

O Relatório da Presidência da Província apresentado em **26 de fevereiro de 1859** traz também o relatório parcial de obras cujo encarregado foi o Major Engenheiro Sebastião José Basílio Pirro, diz terem sido concluídos os alicerces da cadeia da capital, que tinha por base quadrada 150 palmos de lado, tendo o contratante o prazo de 3 anos para concluí-la (<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/1054/000113> consultado em 18/10/2013). O chamado “Hospital de Caridade”, de dois pavimentos, para educação de meninos órfãos, possui duas enfermarias, depósito de roupas, cozinhas, latrinas, dispensas, mas ainda não havia começado, segundo Pirro seria bom amadurecer a ideia de onde poderia ser locado (a previsão que seria a sudeste da capital). A edificação já tinha planta feita, mas ainda não a localização de onde seria implantada, o que reforça a falta de planejamento da paisagem urbana inicial da capital.

No Relatório à Assembleia Provincial de Sergipe, em **05 de março de 1860**, o Dr. Manoel da Cunha Galvão (então Presidente) disse que o Governo Imperial determinou que o Major Pirro, em 24 de janeiro, fosse dispensado seu serviço na Província de Aracaju para seguir para o Alto Amazonas. Todas as obras ficaram a cargo do Capitão engenheiro Pereira da Silva (<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/1055> consultado em 18/10/2013).

O ano de 1860 foi o ano em que as consequências da visita do Imperador (de 11 a 21 de janeiro de 1860) foram sentidas em Aracaju. Uma delas foi a continuação da construção de um atracadouro, denominado “ponte” (iniciado em 1859) para desembarque do Imperador e sua comitiva às margens do rio Sergipe, cuja construção o Engenheiro civil Pedro Pereira d'Andrade foi encarregado, prestando o serviço gratuitamente.

O Dr. Manoel da Cunha Galvão (já saindo da Presidência) apresentou um relatório ao novo Presidente Thomaz Alves Júnior que dizia que tinha formado uma Comissão composta pelo Chefe da Polícia (Dr. José Casado Accioli de Lima), o Inspetor da Tesouraria (Joaquim José de Oliveira), o Vigário da capital (Reverendo Cônego Eliziário Vieira Moniz Telles), o Capitão de engenheiros (Pereira da Silva), o qual já havia apresentado planta e orçamento para tratarem da execução do cemitério, mas possuíam apenas 1 conto de réis enviado pelo Imperador para a dita obra. Foi então que Frei Paulo e Frei David, em 4 de maio, conseguiram reunir milhares de pessoas para sua realização (dados do relatório), imagina-se que vieram pessoas de outras cidades próximas.

A partir do texto publicado no jornal “Correio Sergipense”, do dia 14 de janeiro de 1860 (http://memoria.bn.br/pdf/222763/per222763_1860_00007.pdf consultado em 27/11/2013), pode-se ter um resumo das obras em andamento das edificações naquele momento. A Ponte em que desembarcou a comitiva real foi descrita em pormenores, inclusive com a colocação de tapetes e dois mastros colocados na escada lateral com a bandeira nacional, a chegada foi um dia de festividades, com apresentações, poesias, desfiles. No segundo dia, a partir das 6:30h da manhã, o Imperador visitou

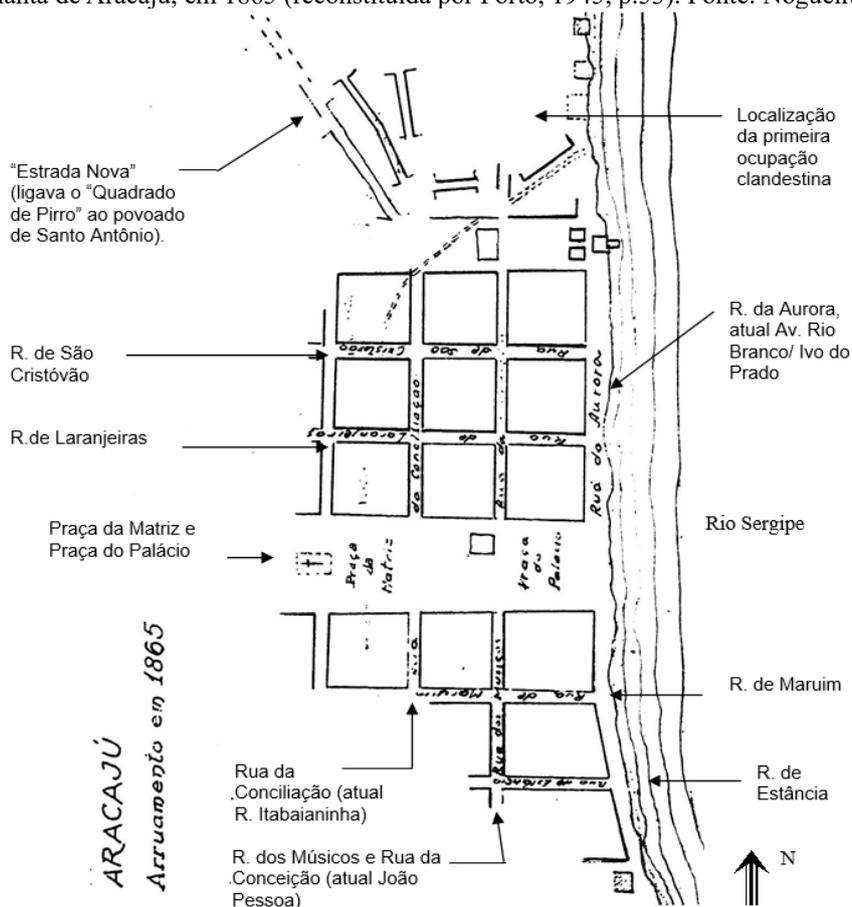
o novo quartel para a Tropa de linha, obra encarregada ao Dr. Guilherme Pereira Rebello, depois visitou a Fonte do Barão (situada próximo à esquina da “Estrada Nova”), cuja água achou “agradável e transparente”. Depois visitou todo o Povoado Santo Antônio, tendo feito oração na igreja, e na volta, passou pelas outras duas fontes existentes, cuja água não agradou (Porto, 1945, p.47).

Visitou o Palácio, vistoriando a obra, a planta e o orçamento comparando com o do quartel; também foi ao túmulo do primeiro Presidente Inácio Barbosa, que ficava atrás da Matriz, achando-o muito singelo para o criador da capital. Seguiu para a Alfândega, verificando o prédio velho e o novo, neste último estavam fazendo preparativos para o baile em homenagem ao Imperador. Ele foi à Tesouraria, viu que faltavam alguns empregados, depois foi a Câmara municipal, que encontrou “*pouca regularidade no Archivo municipal e más acomodações da casa*”. Da mesma forma, proferiu palavras de reprovação quando foi visitar o Hospital que estava sendo construído, fez considerações sobre regras higiênicas, devido às pequenas acomodações da sala de enfermaria, cozinha, local para corpos, entre outros. Seguiu para o Quartel e depois para a Capitania do porto. À tarde foi visitar as salas de aula.

Pode-se verificar que existe a denominação de uma “Praça do Palácio”, lindeira ao rio, em frente à Rua da Aurora (atual Av. Rio Branco), o qual é o atual Palácio Olímpio Campos, iniciado em 1856-7 e cujo projeto foi do engenheiro Pereira da Silva, começou a ser executado em 1859, tendo suas obras sido visitadas por D. Pedro II, mas foi somente concluído em 1863 (Nascimento, 1981).

Depois de 1860, já havia casas na Rua da Conciliação (Ruas Itabaiana e Itabaianinha), e progrediram as ruas Laranjeiras, rua dos Músicos (depois denominada rua Pacatuba) e R. Maruim. Só em 1862, deu-se início realmente a construção da Igreja permanente da Matriz, e seu local, mais a oeste, abriu caminho para criação de outras ruas que desembocavam na Praça da Matriz (Porto, 1945). A rua São Cristóvão era a mais elevada do local e a mais edificada (depois da rua da Aurora, que ficava em frente ao rio). Na planta de Aracaju de 1865 (Figura 2), pode-se verificar a implantação das primeiras ruas.

Figura 2: Planta de Aracaju, em 1865 (reconstituída por Porto, 1945, p.53). Fonte: Nogueira, 2006, p.151.



3 A FORÇA DA PAISAGEM CULTURAL “PROGRESSISTA” DE TRAÇADO ORTOGONAL: EXEMPLOS EM VILA BELA- MT (SEC.XVIII), TERESINA- PI E ARACAJU- SE (SEC.XIX)

O traçado de Pirro, por ser ortogonal, difere do traçado da cidade de São Cristóvão, remetendo-lhe a uma ideia de progresso e ordem que não se percebia na antiga capital, com suas ruas sinuosas. Porém, não cabe dizer que houve falta de planejamento apenas por causa da configuração do traçado urbano, como se pôde verificar com os diversos relatos e acontecimentos referentes ao desenvolvimento de Aracaju.

A falta de planejamento português para vilas na colonização no Brasil, desde o sec. XVI é um mito. Quando Tomé de Souza desembarcou para fundar a cidade de Salvador da Bahia já tinha “uma planta no bolso”. Ele chegou ao Brasil com o arquiteto Luís Dias, nomeado pela Coroa e a planta de 1620, “*verificou-se que na construção original, foi utilizada uma planta urbana muito semelhante à de uma cidade renascentista ideal*” (Reis Filho, 1968, p.68-69).

Essa preocupação da Coroa portuguesa com o desenvolvimento dos centros urbanos foi sistematizada numa filosofia de planejamento urbano no sec.XVIII. O que tomava a forma de ter um “planejamento” eram “questões políticas e metas administrativas”, muito menos era uma questão de estilo arquitetônico ou urbanístico. Havia uma preferência estilística pela simetria barroca (Delson, 1997,p.XI).

Já no sec. XIX, o Império deu prosseguimento às preferências estilísticas do Brasil Barroco, declarando o crescimento urbano padronizado era não só desejável como verdadeiramente obrigatório. Assim a Lei de 1º de Outubro 1828 que estatuiu as diretrizes de crescimento urbano no País no século XIX continha instruções precisas para as prefeituras no que se referia a configuração urbana. Por exemplo, a cidade de Vila Bela, em Mato Grosso, faz parte de núcleos construídos em regiões remotas, possuindo um mesmo objetivo, que era o de demonstrar aos “*observadores internacionais que as fronteiras do território nacional haviam sido efetivamente ampliadas*”. Essa preocupação não se dava apenas com a fronteira oeste, mas com a região Sul, com Uruguai e Paraguai, e a região Norte, como o Alto Amazonas e sua fronteira com as Guianas (Delson, 1997. p.95-96).

Vila Bela foi fundada por Antonio Rolim de Moura, às margens do rio Guaporé, em março de 1752, no extremo oeste da Província do Mato Grosso, fronteira com a Bolívia para reter os avanços da colonização espanhola no Brasil. A planta da cidade foi projetada em Portugal, bem como suas primeiras edificações. Com a queda da produção aurífera ao final do período de colonização portuguesa, muitas pessoas foram morar em Cuiabá, além de problemas de saúde local, como diversas ocorrências de Malária (<http://www.youtube.com/watch?v=XUGJWebArUE> consultado em 29/11/2013.).

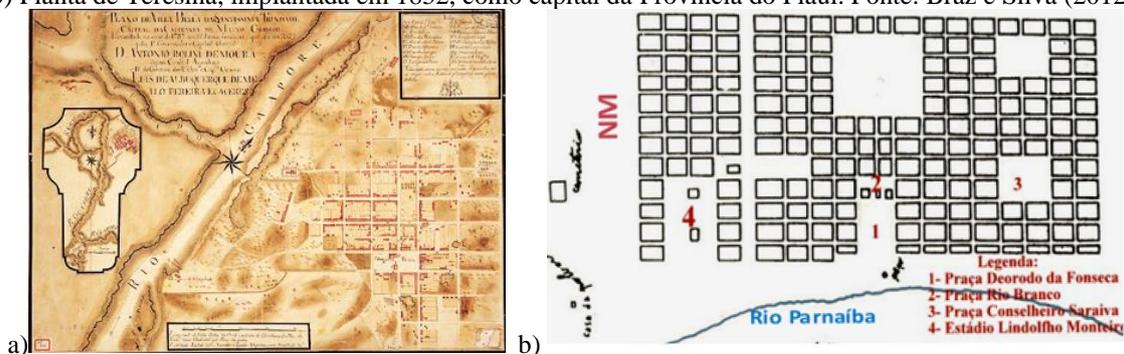
Já Teresina, no Piauí, por sua vez, tendo sido criada com a transferência da antiga capital Oeiras, elevada à cidade em 16 de agosto de 1852 (apenas 3 anos antes da transferência da capital de São Cristóvão para Aracaju), teve como Presidente da Província José Antonio Saraiva, que, juntamente com um mestre de obras português chamado João Isidoro França, projetaram linhas paralelas para o traçado da nova cidade, partindo do rio Parnaíba em direção ao rio Poti (<http://pt.wikipedia.org/wiki/teresina> consultado em 18/10/2013.).

Há muitas provas da existência de certas preocupações para que houvesse um planejamento para Teresina, não apenas considerado um projeto. A primeira foi a da escolha do sítio. Segundo Braz e Silva (2012), Antonio Saraiva escolheu o local para a criação da nova capital considerando a proximidade com o rio, a centralidade em relação à província, a topografia que era uma chapada coberta de vegetação rasteira, solo e capim, parte pedregoso e parte argiloso, que forneceria material para as construções, mas também para evitar áreas alagadas, de pântanos e sujeitas a inundações (uma grande diferença com o sítio escolhido por Inácio Barbosa para Aracaju), assim definiu uma área com cota de nível acima do rio Parnaíba.

Outro ponto muito favorável à implantação de Teresina foi o fato de terem os habitantes da vila se comprometido a auxiliar no processo de criação da capital, tendo em vista os poucos recursos da Província, também obteve apoio do proprietário (único) da terra, que era um rico fazendeiro português, Francisco da Cunha Castello Branco. Também eram portugueses os primeiros contratantes das obras públicas e boa parte das famílias que se instalaram nas fazendas de gado na região, bem como

importantes comerciantes vindos do Maranhão. A Figura 3 traz a configuração urbana de traçados geométricos ortogonais, implantados pelo governo português para Vila Bela no sec. XVIII e Teresina no sec. XIX.

Figura 3: a) Planta de Vila Bela, primeira capital da Província de Mato grosso, sec. XVIII. Fonte: Reis Filho (CD-ROM, 2000); b) Planta de Teresina, implantada em 1852, como capital da Província do Piauí. Fonte: Braz e Silva (2012, p.224)



4 APROPRIAÇÃO DO QUADRADO DE PIRRO COMO REFERENCIAL PARA A IDENTIDADE PATRIMONIAL LOCAL: O “CULTO À LINHA RETA” (TRAÇADO ORTOGONAL)

O direcionamento da análise neste terceiro tópico foi para a paisagem cultural das cidades implantadas no sec.XIX, Aracaju e Teresina possuem mais fatores em comum. Muitas características morfológicas podem ser enfatizadas a partir do traçado de Teresina com o projeto de Aracaju denominado “Quadrado de Pirro”:

- a) Ambas as cidades foram projetadas para se tornarem capitais de suas províncias praticamente na mesma época (1852 e 1855);
- b) Em Teresina, “a Praça Deodoro, tal como a praça portuguesa, é aberta para o rio e em seu entorno se situam os principais edifícios residenciais e públicos da cidade” (Braz e Silva, 2012). Em Aracaju, também o conjunto de praças estava voltado para o rio e o seu entorno se instalaram os principais prédios administrativos;
- c) a Praça Deodoro é o elemento estruturador da forma urbana em Teresina e também em Aracaju, a diferença é que foi localizada primeiramente a igreja, e na segunda, só depois de surgirem os prédios administrativos, a Igreja Matriz foi construída muitos anos depois, mas também em posição de destaque na Praça Olímpio Campos;
- d) a Praça, em cidades coloniais portuguesas, era comumente quadrada, já nas capitais Teresina e Aracaju (lembrando que não surgiram no período colonial e sim no sec. XIX), surge um novo formato, o retangular, equivalendo a três quarteirões da malha urbana, e não se localizavam no seu centro geométrico;
- e) O Quadrado de Pirro é formado por 32 quadras, de aproximadamente 55 braças de lado (110x110m) cada uma, separadas por ruas de 60 palmos de largura (13,20m), idealizado

dentro de 540 braças de lado (1188m); o Plano Saraiva de Teresina possui quadras de 40 braças de lado e ruas de 45 palmos;

f) Interessante foi a estratégia de Saraiva para a ocupação de Teresina, dos 100 quarteirões previstos, 70 foram doados a 70 famílias. *“Isso faz supor que o sistema cadastral proposto era de um lote por quarteirão e que sua tipologia residencial fosse do tipo unifamiliar”* (Braz e Silva, 2012, p.228)

g) Aracaju teve que seguir um ordenamento imperial de implantação, a diferença é que a localização do sítio de implantação gerou mais dificuldades quanto aos pântanos e áreas inundáveis e, não há notícia de que algum lote tenha sido “cedido” a famílias locais como em Teresina.

A meta do governo português desde todo o sec.XVIII, tendo repercutido ainda no sec. XIX, era a “modernização através da padronização”, nesse sentido, o projeto de Pirro satisfaz inteiramente o propósito para a criação de uma capital.

A implantação de traçado ortogonal de Aracaju expressa uma das características denominadas *“Culto à Linha Reta”*, a qual enfatiza um desenho de malha perpendicular geométrica de formato “xadrez”, que irá representar um modelo internacional de urbanismo, representativo das transformações impostas pelos paradigmas higienista e, posteriormente, modernista. Esse modelo expresso na espacialidade urbana contribui com transformações urbanas de uma cidade constituída por uma eterna disputa entre a natureza e o construído, entre a cidade e o rio, a cidade e o mangue, o natural e o artificial (Silva, Nogueira, 2018, p.17-18).

Quando se considera o Quadrado de Pirro como um possível objeto patrimonial, isso representa uma busca de uma identidade perante à definição nacional sobre o que seja Patrimônio, definida no Barroco-colonial. Aracaju já nasce eclética, e progressista, tendo nessas características a chave para sua identidade (Nogueira, 2006).

O processo de apropriação dos objetos a serem preservados (nesse caso, seria o traçado ortogonal do Quadrado de Pirro), implica numa forma de poder e controle, sendo também uma forma de identidade. *“Apropriar-se é sinônimo de preservação e definição de uma identidade, assim sendo uma nação torna-se o que ela é na medida em que se apropria do seu patrimônio”* (Gonçalves,1996, p.24).

Essa apropriação foi referendada através da continuidade de uma paisagem cultural representada pelo Quadrado de Pirro. Sua continuidade de traçado ortogonal (apesar dos inúmeros vazios urbanos e áreas segregadas) por mais 100 anos de sua implantação (até aproximadamente 1960), o traçado ortogonal foi sendo “reproduzido” à medida que a cidade ia crescendo, não apenas pela facilidade técnica de implantação num terreno praticamente plano, mas também representa a aceitação



e identificação da comunidade local, o que acabava valorizando o projeto original como sendo uma identidade patrimonial local.

Dessa forma, pode-se considerar que o quadrado de Pirro tem sido um importante referencial de paisagem cultural local, uma cidade com projeto de teor com ideal progressista.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tanto Vila Bela (1752) quanto Aracaju (1855) foram cidades *projetadas* conforme exigia o Governo imperial, sendo uma com função mais política, outra de vertente político-econômica. Já Teresina (1852), talvez, seja a única dentre as mencionadas que se pode dizer projetada e *planejada*, pois comprova ter tido ideais e ações que determinaram funções e atividades que poderiam ser desenvolvidas em seu futuro próximo, pelo menos durante as primeiras décadas de sua origem, além de apontar pontos favoráveis de sua implantação (como características de terreno, busca de parceiros portugueses abastados, etc). Contudo, todas cumpriram seu papel perante uma época importante de crescimento e desenvolvimento brasileiro.

A paisagem cultural que reproduziu o traçado ortogonal e o “Culto à linha reta” em Aracaju prevaleceu sobre as inúmeras ausências de organização e dificuldades de planejamento das atividades como a localização e construção das primeiras edificações como a Enfermaria, Mesa de Rendas, Cadeia, Quartel, entre outros.

Aracaju até a década de 1960, ou seja, um século depois da origem, manteve uma continuidade do traçado original relacionado ao Quadrado de Pirro, por comodidade e facilidade de implantação que oferece o traçado retilíneo e por estar sobre uma topografia basicamente plana, além da ideia de se manter o espírito de uma “cidade progressista” e, conseqüentemente, “moderna”, aliada à diversidade de tipologias e estilos da arquitetura implementada, diferenciando-se do barroco-colonial da antiga São Cristóvão.

Na tentativa de se modernizar desde sua implantação, Aracaju buscou em sua paisagem cultural original as referências que pudessem promover a importância de seu passado e tem encontrado isso nas características do projeto do Quadrado de Pirro, como elemento-chave para dar a devida importância à sua identidade patrimonial.



REFERÊNCIAS

ABREU, M.de A. Pensando a cidade no Brasil do passado. In SILVA, J.B.da. (org.) A Cidade e o Urbano. Fortaleza: EUFC, 1997. p.27-52

BRAZ E SILVA, Ângela Martins Napoleão. Planejamento e fundação da primeira cidade no Brasil Império. In Cadernos *PROARQ* n.18. Rio de Janeiro: FAU-UFRJ, 2012.p. 217-236.

DELSON, Roberta. Novas Vilas para o Brasil-Colônia: planejamento espacial e social no sec.XVIII. Brasília: Alva-Ciord, 1997.

GONÇALVES, José R. S. A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/IPHAN, 1996.

JORNAL “Correio Sergipense”, 14 de janeiro de 1860 (http://memoria.bn.br/pdf/222763/per222763_1860_00007.pdf consultado em 27/11/2013).

NASCIMENTO, J.A. Sergipe e seus monumentos. Aracaju: J.Andrade, 1981

NOGUEIRA, A.D. Patrimônio arquitetônico e História urbana: Ensaio sobre a estruturação socioespacial de Aracaju e Patrimônio arquitetônico de Sergipe. São Cristóvão: EdUFS/Fund. Oviedo Teixeira, 2006

PORTO, Fernando F. A Cidade do Aracaju (1855-1865). Aracaju: Livraria Regina, 1945

REIS Filho, N.G. Evolução urbana no Brasil. São Paulo: EDUSP, 1968

REIS Filho. Imagens de Vilas e Cidade do Brasil colonial. São Paulo, EDUSP, 2000. CD-Rom

RELATÓRIO à Assembleia Provincial de Sergipe, 05 de março de 1860 (Presidente da Província Manoel da Cunha Galvão) In: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/1055> consultado em 18/10/2013.

RELATÓRIO da 1ª sessão da Duodécima Legislativa da Assembleia legislativa de Sergipe, 31 de dezembro 1857 (Presidente João Dabney D’Avellar Brotero). In: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/1053/000038.html> consultado em 18/10/2013.

RELATÓRIO da 1ª sessão da Undécima Legislatura da Assembleia Provincial de Sergipe, 02 de julho de 1856 (Presidente Salvador Correia de Sá e Benevides) In: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/ul1203/000055.html> consultado em 18/10/2013.

RELATÓRIO Provincial (parcial de obras) de Sergipe, 26 de fevereiro de 1859. In: (<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/1054/000113> consultado em 18/10/2013).

RELATÓRIO Provincial de Sergipe, 18 de abril de 1854 (Presidente Inácio Barbosa). In: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1201/000073.html> consultado em 18/10/2013.

RELATÓRIO provincial de Sergipe, 1º de fevereiro de 1857 (Presidente Salvador Correia de Sá e Benevides). In: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/> consultado em 18/10/2013.

RELATÓRIO Provincial de Sergipe, 1º de março de 1855 (Presidente Inácio Barbosa). In <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/1050/000028.html> consultado em 18/10/2013.



SILVA, C.S e. Álbum de Sergipe (1820-1920). São Paulo: Secção de Obras do Estado de São Paulo, 1920.

SILVA, E.D; NOGUEIRA, A.D. Arquitetura aracajuana: a imposição do tempo. São Cristóvão: EdUFS, 2018.

TERESINA In: <http://pt.wikipedia.org/wiki/teresina> consultado em 18/10/2013.

VILA BELA In: <http://www.youtube.com/watch?v=XUGJWebArUE> consultado em 29/11/2013.